

DESAFIOS DO FEMINISMO EM TEMPOS SOMBRIOS DE CONSERVADORISMO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Grazielle de Oliveira Santana¹
Arlete Ramos dos Santos²

Resumo: De gênese pós Revolução Francesa, o Feminismo ganha impulso na Inglaterra e Estados Unidos, na passagem do século XIX para o XX. É um movimento de luta por justiça social e equidade, com centralidade na luta por igualdade de condições entre homens e mulheres. Visa saber: Quais os desafios enfrentados pelo feminismo na conjuntura atual? tendo como objetivo geral analisar os desafios enfrentados pelo feminismo na conjuntura atual. E como objetivo específico: discutir o conceito de feminismo; traçar um breve panorama histórico do feminismo; pontuar o desenvolvimento do movimento feminista no Brasil; destacar o papel do feminismo para a formulação de políticas públicas no Brasil; situar o movimento, no cenário atual de governo neoliberal de extrema direita, conservador, misógino e machista. Esse estudo caracteriza-se como de abordagem qualitativa, com finalidade básica e do tipo descritivo, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, de reflexões e consignação de veredas para um novo saber. A pesquisa aponta que as conquistas do movimento feminista, são relevantes na modernização e democratização da sociedade, porém, há ainda muitos desafios a serem enfrentados. Concluímos que ainda existem muitas desigualdades de gênero e que o governo tem acirrado essas desigualdades.

Palavras-chave: Movimento Feminista. Mulher. Feminismo.

Introdução

O avanço das forças conservadoras, racistas, misóginas, homofóbicas e autoritárias, tem denunciado, de certa forma que o neofascismo e o neonazismo, não são coisas do passado, está bem vivo e fortemente enraizado em nossa sociedade e na conjuntura atual, tem deixado a postura avergonhada que vinha mantendo nas últimas décadas, para mostrar-se como projeto de barbárie. No cenário em que, o capital tem mostrado sua força, impondo intensa restrições ao indivíduo, observamos o quão potencialmente perigosa é a aliança maléfica entre o capital, com esse modo operante das nefastas forças conservadoras e antidemocráticas.

^{1*} Discente do Programa de Pós Graduação em Educação e Sociedade (PPGES-UESB/Itapetinga. Especialização em Políticas Públicas e Gestão Educacional. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, Bahia, Brasil. E-mail: grazielleosantana@gmail.com

^{2**} Docente do Programa de Pós Graduação em Educação e Sociedade (PPGES-UESB/Itapetinga. Professora da UESB, campus de Itapetinga. Itapetinga, Bahia, Brasil. E-mail: arlerp@hotmail.com



Com o advento da denominada Nova República, após amargos anos de chumbo da ditadura militar, implementada no Brasil em 1964, a sociedade, novamente ousou sonhar com o ideário de superação do modelo anacrônico e autoritário dos governos militares e das elites brasileira, ousou-se sonhar com a transição de um regime ditatorial para um Estado Democrático de Direito, no afã de assim começar a reconstrução de uma sociedade menos desigual.

O Feminismo que tem sua gênese pós Revolução Francesa, mas que ganhou outras dimensões na Inglaterra ainda no século XIX, sendo que no início do século XX é a vez dos Estados Unidos da América. Trata-se de um movimento de luta por justiça social e equidade, assim, no bojo de suas reivindicações, e marcando a centralidade de sua luta, o movimento busca a igualdade de condições entre homens e mulheres. Logo, não se trata de um movimento supremacista, nem, alguma bandeira de ódio ou coisa do tipo, trata-se de um movimento, que, antes de mais nada, luta por justiça e equidade (SILVA,2021).

Muitos tentam antagonizar feminismo com o machismo, mas isso não é verdade, uma vez que quando falamos de machismos, estamos falando de um constructo social, autor/ator de ações de opressão e agressões especificamente contra as mulheres e destas mesmas ações ele é promotor justificador, portanto, podemos dizer que o machismo é supremacista e letal. O feminismo por sua vez, é um movimento social de equidade e justiça social e como tal, traz na sua bandeira de luta o combate as práticas e manifestações machistas na sociedade. Tendo assim, a busca por uma sociedade mais justa e equânime, onde as diferenças de gênero, não seja convertida em desigualdade (SILVA,2021).

Diante desse contexto, questiono-me: Quais os desafios enfrentados pelo feminismo na conjuntura atual? O que estamos entendendo por feminismo? Qual a sua história? Como acontece o movimento feminista no Brasil? Qual o papel do feminismo para a formulação de políticas públicas no Brasil? Em tempo de governo neoliberal de extrema direita, conservador, misógino, machista, qual o tem sido o lugar movimento feminista?

Assim, o presente estudo tem como objetivo, analisar os desafios enfrentados pelo feminismo na conjuntura atual. Discutir o conceito de feminismo; traçar um breve panorama histórico do feminismo; pontuar o desenvolvimento do movimento feminista no Brasil; destacar o papel do feminismo para a formulação de políticas públicas no Brasil; situar movimento, no cenário atual de governo neoliberal de extrema direita, conservador, misógino, machista.

A pesquisa é de natureza teórica e por tratar-se de um estudo teórico, caracteriza-se como exploratória, pautadas em autores que possibilitam a ampliação e aprofundamento em relação ao tema. Num primeiro momento realizamos o levantamento do material bibliográfico, em busca do conhecimento já discutido sobre o assunto e após esse levantamento, realizamos estudos exploratórios e analítico e só depois de tomar apontamentos e refletir sobre o material levantado, foi que iniciamos o processo de sistematização deste artigo. Assim, foram consultadas várias literaturas relativas ao tema em estudo, artigos publicados na internet, que possibilitaram que este trabalho tomasse forma para ser fundamentado.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica tem por finalidade fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, e consiste em um levantamento da bibliografia publicada

O trabalho está estruturado em três partes, além da introdução e da conclusão, sendo a primeira dedicada a definição do que seja o feminismo, no segundo momento apontamos para o quadro histórico do movimento com ênfase dada ao seu panorama histórico no Brasil. Num terceiro momento, destacamos as conquistas do movimento feminista e finalizamos apontando para os desafios enfrentados pelo movimento na conjuntura política atual.

Feminismo, o que é?

O Feminismo, aparece no cenário mundial como movimento social e político, com uma finalidade básica, equipara em direitos os gêneros homens e mulheres. Superar desta forma, a história desigualdade entre os gêneros que tem relegado a mulher a um lugar de inferioridade e a tem subjugado ao longo da história nas mais variadas classes sociais, nos mais distintos grupos humanos e nos mais equidistantes pontos do planeta. Assim, o objetivo de garantir o acesso a direitos iguais é postulado desde seus primórdios, no século XIX e (MENEZES, 2021; MACHADO e MENEZES,2021,).

O Feminismo é contra o machismo, porém o termo feminismo não é o contrário de machismo. O termo correto para designarmos o contrário de machismo é femismo. Muita gente desinformada ou mal intencionada mesmo, procura antagonizar o feminismo ao machismo, querendo impor a este, bandeiras que não suas, tal como, a ideologia supremacista presente no machismo e outras práticas de ódio (Idem).

A título de esclarecimento apontamos que o machismo é um comportamento que defende que os homens são superiores às mulheres. Tem suas bases fincadas no patriarcalismo, onde a figura do PAI é tida como deificada, pois se constitui como liderança a quem todos os demais membros do clã, tribo, ou família deve-se submeter, pois, esse é capaz de dar conta de demandas de diversas áreas do desenvolvimento social. Para um machista, servir e obedecer é o dever da mulher em relação ao homem, pois estas lhes são subalterna e não tem capacidade de igualar-se a ele.

Como antagônico ao machismo, temos a misandria ou femismo. Este é um comportamento social que advoga a superioridade das mulheres sobre os homens, portanto, o femismo corresponde então, ao equivalente feminino do machismo, a misoginia. Ou seja, o femismo, tal como o machismo, são comportamentos sociais preconceituoso, generalista em relação ao outro gênero, tem o hábito de desfazer e desvalorizar o sexo masculino, além de se valer de comentário e comportamento agressivo e violento em relação aos homens (Ibidem).

Muitas vezes por ignorar, ou desconhecer, e até mesmo, por intenção de causar confusão, confunde-se femismo com feminismo, que na verdade tem sentido, significado e práticas totalmente diferentes.

O feminismo, se destaca pela luta por equidade de direitos entre os gêneros, pauta avessa ao femista que defende a supremacia da mulher em relação ao homem, portanto, almeja a extinção da cultura patriarcal, que deverá ser substituída por uma cultura matriarcal. O feminismo, entretanto, é um movimento social, político e filosófico, que se opõe a essa concepção, e centra sua luta contra o machismo, por ser o comportamento social vigente, e busca incansavelmente a igualdade de gêneros (RIBEIRO CÓ, 2008).

Nos últimos anos, o feminismo tem ganhado mais visibilidade, devido as redes sociais, que tem sido utilizado pela militância, para facilitar o encontro de grupo de mulheres e então, poder discutir temas que lhes são caros (assédios, aborto, estupros, desvalorização no mercado de trabalho, participação na política, etc.). Esses grupos aproveitam a oportunidade para falar sobre como se sentem no mundo em que vivemos (MARQUES, 2015);

Muitas foram as grandes conquistas já alcançada pelo feminismo como o direito ao voto, a inserção no mercado de trabalho, o direito a educação e tantos outros, no entanto, muitas outras conquistas ainda estão por se alcançar, especialmente o fim da violência contra as mulheres.

No Brasil, a cada 12 segundos uma mulher é violentada, de acordo com uma pesquisa da Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal, a cada 10 minutos, uma mulher é estuprada, de acordo com o Mapa da Violência, e a cada 90 minutos uma mulher é assassinada, de acordo com o IPEA. Todas essas violências estão relacionadas à questão de gênero – são casos que durante muito tempo foram chamados de “passionais”, são casos que acontecem dentro de casa, no seio familiar, e que se diferem da violência que atingem os homens, que morrem por diversos motivos, mas nunca por serem homens (MARQUES, 2015).

Mais: no Brasil as mulheres ainda ganham em média 30% a menos do que os homens para exercer a mesma função, de acordo com uma pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Mulheres também são maioria no trabalho doméstico, acumulando funções dentro e fora de casa. São as maiores vítimas de assédio sexual no trabalho, normalmente cometido por homens em situação de hierarquia superior. Enfim, por vários motivos, ainda há muito o que conquistar em termos de direitos (MARQUES, 2015).

Assim, podemos dizer que o movimento feminista representa um conjunto de movimentos, sociais, políticos e ideológico que lutam por justiça social e equidade e buscam por igualdade política, econômica, pessoal e social dos gêneros. De posição bem clara e definida, o feminismo fundamentando se em estatísticas, relatos e observações sociais do cotidiano e em diversos estudos e pesquisas, denuncia que a sociedade tem como prioridade o modo operante masculino, sob a lógica do qual, as mulheres são subjugadas, menosprezadas, são tratada injustamente, portanto, todo esforço do movimento visa a transformação da sociedade, por isso, sua luta por equidade e superação de estereótipos de gênero, conquistas de oportunidades iguais de acesso e resultados profissionais, educacionais e interpessoais entre os gêneros.

História do feminismo

Os ideais iluministas do século XVIII deram origem aos movimentos civis por direitos e estão diretamente relacionados com a Revolução Francesa. Uma lacuna se fez nesse momento importante momento histórico, os direitos conquistados pelos homens, não eram extensivas as mulheres.

Como marco para o movimento feminista temos as figuras de Gouges (1748-1793) e Wollstonecraft (1759-1797), que escreveram: “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã” em 1791 e o artigo “Reivindicação dos direitos da mulher”, respectivamente. No entanto, apesar deste e de outros escritos, o feminismo enquanto movimento só vai existir a partir do século XIX. Também Rosa Luxemburgo (1871-1919), deu sua contribuição, enquanto filósofa

marxista, e escreveu sobre a mulher operária (REZENDE,2021; SILVA, SOUSA 2021; SILVA,2021).

O feminismo começa ganhar impulso na Inglaterra ao longo do século XIX, sendo que, no século seguinte, ganha folego nos Estados Unidos. A expansão do movimento na Inglaterra, ecoava também as transformações advindas da Revolução industrial, assim, o movimento embandeirou a questão da igualdade de condições de trabalho na indústria, bem como a igualdade na carga de trabalho e salário. A professora Mary Wollstonecraft se tornou a pioneira do feminismo na Inglaterra (GRANADOS, 2007).

Historicamente costumamos dividir o movimento feminista em quatro ondas.

A Primeira onda do feminismo

Essa onda, marca o início do movimento no final do século XIX e vai até as primeiras décadas do século XX. Sua principal bandeira nesse período foi o sufrágio feminino. A defesa previa o direito de votar e ser votada. Nesse período, fica bem evidente a divisão de classe. Assim, as mulheres das elites, buscavam igualdade perante os homens de sua classe. As mulheres da classe média pautaram-se pela bandeira da educação formal e científica e emprego, também, como os homens de sua classe, E as feministas operárias que reivindicava melhores condições de trabalho e emprego (REZENDE,2021; SILVA e SOUSA, 2021; SILVA,2021).

Assim, a questão do voto era o ponto em comum e que as unificava. Daí o nascimento do **movimento sufragista**, que teve Emmeline Pankhurt (1858-1928), como principal líder e porta voz. Hoje, esse movimento pode apresentar a Finlândia como sua primeira conquista em 1893 e a Arábia Saudita, como seu mais duradouro desafio, pois só em 2015, foi possível conquistar o voto feminino (GRANADOS, 2007; SILVA,2021).

Segunda onda do feminismo

Com nova bandeira primordial, a segunda onda do movimento feminista se dá entre as décadas de 60e 80 do século XX. Fruto das discussões sobre a liberdade sexual, a **sexualidade feminina**, foi então, a temática capital. Paralela a essas reivindicações, outros temas também ganharam seus destaques: a questão do prazer feminino, os direitos reprodutivos, a saúde da mulher e o estupro (REZENDE,2021; SILVA e SOUSA, 2021; SILVA,2021).

Com a invenção da pílula anticoncepcional, a vida em sociedade passa por uma verdadeira revolução e o sexo agora é tomado como objeto de prazer e não mais apenas para a procriação. Também dominaram o cenário dos anos 60 as temáticas vinculadas ao ambiente familiar, como violência doméstica, trabalho doméstico não remunerado e o planejamento familiar.

Simone de Beauvoir (1908-1986), aparece como principal teórica desse período e suas publicações vão continuar influenciando nas décadas seguintes. Os estudos apresentados por ela sobre a construção social do ser mulher, vão influenciar fortemente a compreensão de que a opressão sobre o segundo sexo também é uma construção social (REZENDE,2021; SILVA e SOUSA, 2021; SILVA,2021).

Outro evento emblemático também desse período, diz respeito a famosa “queima de sutiãs”. Esse evento mais tarde serviu para estereotipar o feminismo.

Terceira onda do feminismo

Na terceira onda o feminismo se vê diante do desafio de se reafirmar e necessitando aprofundar conceitos que lhes são caro. Essa onda se deu na década de 90 do século XX, e sofreu forte reação a sua pauta, da parte dos conservadores, os quais já julgavam o movimento sem causa, pelo fato de acharem que a igualdade entre homens e mulheres já ter sido alcançadas. Assim, os trabalhos teóricos foram fundamentais para demonstrar que a desigualdade ainda é muito presente, destacou-se nessa empreitada a filósofa Judith Butler (1956 - até o presente) (REZENDE,2021; SILVA e SOUSA, 2021; SILVA,2021).

Nessa busca de redefinição de conceitos, aparece a concepção de “Interseccionalidade” que pontua diferentes padrões de opressão (orientação sexual, raça e classe) que associado ao machismo, amplifica a violência e gera demandas particulares.

Algumas ressignificações conceituais, mostraram se basilar para reascender a chama do movimento feminista nesta terceira onda. Assim, temos o conceito de gênero superando a visão binária, por uma visão mais fluida que comporta uma performance. E nesse contexto que surge a teoria *queer*, dando as condições ideais para que no feminismo fosse desenvolvido o transfeminismo e problematizada a ideia naturalística de heteronormatividade. Também se pautou a influência de países hegemônicos sobre a formação do feminismo nos países

periféricos, esse processo foi tomado a partir da perspectiva do colonialismo (REZENDE, 2021; GRANADOS, 2007).

Quarta onda do feminismo

Por fim a quarta onda, a onda do ativismo político. A militância política nas redes sociais tem dado grande visibilidade aos ideais feminista, bem como, tem sido foco de resistência. Com sua gênese no ano de 2010, o feminismo tem por meio das redes mobilizada e difundido seus ideais por meio de sites, blogs, canal *youtube* etc. Por meio das *hashtags*, tem se feito chamadas de mobilizações e realizado denúncias de situações que ofendem, agridem e ameaça as mulheres (GRANADOS, 2007).

A ativista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (1977 – até o presente), destacou-se durante esta quarta onda como uma escritora de grande relevância para o movimento feminista (REZENDE, 2021).

Feminismo no Brasil

No Brasil Colônia a busca por garantia de direitos sempre foi a luta dos populares contra as elites. Entrelaçados, como sempre estiveram no Brasil, a luta por direitos das mulheres, vinha sempre acompanhado de tantas outras lutas de uma nação que já nasceu sob o signo da exploração, do candinho da cruz e da espada, de um elitismo europeu e de uma paz conformada (SILVA, 2021).

Somente durante o império (1822-1899), é que se conquistou o direito a Educação. Entre as ativistas destacamos a figura de Nísia Floresta que fundou a primeira escola para meninas no Brasil. Apesar dessa pequena conquista, o direito a vida pública, especificamente na vida política, esse direito lhe continuava sendo negado (TELES, 1999; PINTO, 2003).

Com o advento da República, especialmente, a República velha, as mulheres dominaram como força marcante, no mundo do trabalho, especialmente na indústria têxtil. Mas ainda lhe faltava a regulamentação dos seus direitos do mundo do trabalho, tal como também faltava regulamentação desse direito a toda classe operária. Os ventos das mudanças tiveram início com as greves realizadas em 1907 (greve das costureiras) e 1917. Essas (greves) são fruto de influência dos imigrantes italianos e espanhóis e de inspirações anarco-sindicalistas. Dentre

suas bandeiras estavam: regularização do trabalho feminino, a jornada de oito horas e a abolição de trabalho noturno para mulheres e salário igualitário em relação aos homens (SILVA,2021).

Nesse mesmo período acirra-se o debate sobre sua participação na política brasileira. Em 1910 foi fundado o Partido Republicano Feminino (PRF) e em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Só em 1928 é que é autorizado o voto feminino e também é eleita a primeira prefeita no Brasil, em Lajes- RN. Atos esse que foram anulados logo em seguida, porém, já tinha incendiado o movimento sufragista, que ganhou força em direção ao direito à cidadania das mulheres (TELES, 1999).

Com o advento do Estado Novo, a chamada era Vargas, em 1932 é finalmente garantido o sufrágio feminino e no ano seguinte tivemos a primeira deputada federal eleita no Brasil.

Durante o período que antecede o Estado Novo, as militantes do feminismo divulgavam suas ideias por meio de reuniões, jornais, explicativos, e da arte de maneira geral. Todas as formas de divulgação da repressão sofrida e os direitos que não eram levados em consideração, eram válidas. Desta forma, muitas vezes aproveitam greves e periódicos sindicalistas e anarquistas para manifestarem sua luta, conquistas e carências (FAHS,2016).

Em 1940 o direito ao aborto é garantido mediante duas situações específica: mediante risco de morte para a mãe e em gravidez fruto de estupro. Diretos trabalhista e civis, na legislação não andavam de mãos dadas, mas o machismo sim, assim a mulher podia trabalhar, porém só podia mediante aprovação marido, fato esse que só foi suprimido legalmente em 1962 (pois, até 1992, o Código Civil Brasileiro de 1916, determinava a mulher como incapaz, carente de autorização do marido, para realizar certas atividades). E só na década seguinte é que a mulher conquista o direito ao divórcio (PINTO, 2003).

A partir da década de 60, o movimento incorporou questões que necessitam melhoramento até os dias de hoje, entre elas o acesso a métodos contraceptivos, saúde preventiva, igualdade entre homens e mulheres, proteção à mulher contra a violência doméstica, equiparação salarial, apoio em casos de assédio, entre tantos outros temas pertinentes à condição da mulher (FAHS,2016).

É na década de 70 que o movimento feminista realiza aliança com outros movimentos sociais, firmando-se assim na luta e resistência contra a Ditadura Militar. É nessa época que os movimentos de negros e homossexuais e de mulheres se dão as mãos e se prolifera pelo país e chega a ganhar espaço na TV (SILVA,2021).

Só na década de 80 que começamos a observar as primeiras políticas públicas no que diz respeito as questões de gênero: Conselho Estadual da condição Feminina, em 1983, e a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985 (PINTO, 2003).

A Constituição Federal de 1988, incorpora em seu texto muitas das reivindicações do movimento feminista, tais como: temas relativos à saúde, família, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra (SILVA,2021).

Na década de 90, o movimento destacou-se no campo popular com ações e atuações de ONGs que pressionando autoridade no afã de estabelecer mecanismos que resguardasse direitos das mulheres. E partir de tal estratégia o movimento obteve alcance entre os setores populares, setores pobres que até o momento não tinham tido oportunidade de participar do movimento (TELES, 1999).

Nas primeiras décadas do terceiro milênio, o movimento tem se dedicado a política de resguardar a vida, combater a violência e manutenção de direitos já conquistados. Assim, em 2003 é criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2016 a Lei Maria da Penha e em 2015 a lei que torna qualificado o crime de feminicídio.

Em 2016, novo golpe é estabelecido no cenário da política nacional e desde então o cenário é incerto no que diz respeito a garantia das conquistas do direito das mulheres. Desde então vive-se tempos sóbrios de medos e estado de alerta, visto a pauta e o discurso de retrocesso presente na fala daqueles que governam.

Políticas públicas e conquistas do feminismo

Até bem pouco tempo, muitos dos direitos hoje, tidos como consagrados, líquido e certo, não passavam de meras utopias, principalmente, se esses direitos envolviam as assim chamadas minorias. Os direitos da mulher sempre pareceram um sonho distante. A elas era negados direitos como estudar, votar, escolher a própria profissão e se divorciar, entre outros. Se hoje eles existem, não trata de nenhuma dádiva de nenhuma entidade supra humana, nem de beneplácito de nenhum tirano querendo pousar de bonzinho, esses direitos foram conquistados, muitas vezes regados com sangue e muita luta organizada e vivenciadas grandes mulheres que ousaram sonhar ao longo dos anos. Para ilustrar essa trajetória, elencamos a seguir marcos capitais na conquista desses direitos (LISBOA,2014; PRÁ, 1997).



O direito das meninas de frequentarem a escola, só foi conquistado em 15 de outubro de 1927. E somente em 1879 é que as mulheres conquistaram o direito de ingressar na universidade. Direito esse que em termos de conquista, é muito significativo, visto que hoje as mulheres são maioria no acesso ao ensino superior (REZENDE,2021); (FAHS,2016).

Em 1832, a ativista e escritora Nísia Floresta provocou a sociedade elitista da época ao romper com as tradições e costumes e publicar seu livro “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”. Assim, ela fez história, se tornando a primeira mulher brasileira a denunciar em uma publicação o mito da superioridade masculina.

Em 1910, vinte anos após a proclamação da República do Brasil, é que as mulheres conseguiram criar o seu partido (Partido Republicano Feminino), com o objetivo de defender o sufrágio das mulheres e a emancipação feminina. A conquista do sufrágio feminino se deu em 1932 após anos de luta e organizações (LISBOA,2014; PRÁ, 1997; FAHS,2016).

Outra grande conquista também está associada ao mundo da moda. Quando então se pleiteou a liberdade de escolher suas próprias roupas. Em meados do século XX, Leila Diniz, torna-se símbolo dessa causa, pelo tamanho de suas roupas e biquinis e quando grávida fez questão de exibir sua barriga (REZENDE,2021); (FAHS,2016).

Em 1962, é criada a Lei nº 4.212/1962- o Estatuto da Mulher Casada e com essa lei conquistou o direito de não precisassem mais da autorização do marido para trabalhar, de ter direito à herança e poder pedir a guarda dos filhos em casos de separação. Também, o acesso ao anticoncepcional, como método contraceptivo, garantiu maior autonomia a mulher.

Só em 1974, as mulheres puderam ter acesso a seu Cartão de Crédito através da “Lei de Igualdade de Oportunidade de Crédito”. Até então, para ter acesso ao crédito a mulher tinha de levar um “macho” para ser seu fiador.

A Lei nº 6.515/1977 regulamenta o divórcio no Brasil. Por meio desta lei o divórcio tornou-se uma opção legal. Direito este almejado por muitas mulheres durante longos anos, visto que, numa sociedade machista, ser separada, é um estigma ruim, que macula a imagem apenas da mulher, enquanto o homem é livre para fazer o que bem quiser de sua vida. No entanto, apesar da lei do divórcio, muitas mulheres, optavam pela manutenção de casamentos infelizes, por medo de que, mesmo estando legalmente divorciada, sofrer as consequências do estigma social (LISBOA,2014; PRÁ, 1997).

Durante os anos de chumbo da ditadura militar, quando muitos brasileiros foram perseguidos, torturados, mortos e desaparecidos, pelo braço repressor do Estado e outros tanto



exilados, foram as feministas que liderada pela advogada Therezinha Zerbini que criaram o vitorioso Movimento Feminino pela Anistia (REZENDE,2021; FAHS,2016).

Apesar do Brasil ser conhecido como o país do futebol, e em 1970 já ser tricampeão mundial de futebol, a mulher esse direito lhe era negado. A proibição remonta a era Vargas, que vedava as mulheres o direito de praticar esporte, por ser “incompatível com sua natureza”. Mas apesar do decreto, as mulheres não deixaram de jogar futebol. Assim em 1979 essa proibição perde sua validade e em 1983 veio a regulamentação do futebol feminino (LISBOA,2014; PRÁ, 1997).

Devido ao alto índice de crimes cometidos contra a mulher, pela sua condição de ser mulher, foi criado em 1985, a Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM), vinculada a Polícia Civil e tem por objetivo ações protetivas de toda e qualquer ação de violência contra as mulheres.

As mulheres passaram a ser vistas como iguais aos homens somente com o advento da Constituição Brasileira de 1988. A cidadania feminina foi em fim conquistada, pelo menos no papel. Também a Constituição garantiu o direito à licença maternidade remunerada recentemente alterado de 120 para 180 dias (REZENDE,2021); (FAHS,2016).

Ser virgem era requisito para se casar até início do Século XXI, o Código Civil brasileiro, considerava crime a “falta da virgindade”, passível do homem solicitar a anulação do casamento. Somente em 2002 esse artigo foi extinto.

A Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) foi sancionada para combater a violência contra a mulher. Leva o nome da mulher que sobreviveu a dois atentados e lutou com afinco para que a lei fosse criada. Pretende-se com essa lei, que ela seja garantia que os crimes contra as mulheres não fiquem impunes, mas que também fosse um instrumento de proteção, na tentativa de impedir que o agressor tenha acesso a vítima (LISBOA,2014; PRÁ, 1997).

Em 2015 foi sancionada a Lei 13.104/15 (Lei do Feminicídio), que torna qualificado o homicídio quando realizado contra mulheres em razão do gênero, e o incluindo no rol de crimes hediondos.

A mais recente conquista, do movimento feminista, trata da lei de combate a importunação sexual, a qual tipifica a importunação e o assédio como crime. Estamos a falar da Lei nº 13.718/2018, que foi promulgada em 2018 (REZENDE,2021); (FAHS,2016).

Ao longo da história, as políticas públicas convertidas em leis e decretos, são frutos de projetos em disputas, de embates e debates, que posteriormente foram elaboradas tendo em

vista atender as carências da população feminina, tendo em vista uma sociedade mais justa e equânime. Políticas que tende a garantia da vida da mulher, garantia do direito de ir e vir, de participar em espaços sem terem que sofrer nenhum tipo de preconceito, assédio ou violência.

A mulher na sociedade de hoje

Historicamente, o movimento feminista, sempre esteve envolvido em polêmicos debates com a sociedade tradicional, berço das elites conservadoras, machistas, misógina, racista, escravocrata e autoritária. Até mesmo a amamentação em lugares públicos já foi alvo de ataques desses grupos conservadores. Atualmente, os grandes combatentes do movimento feminista são os políticos da bancada da bíblia do Congresso Nacional e as lideranças religiosas de viés conservador. Nesse sentido, na atualidade a pauta do movimento feminista, ainda continua sendo uma pauta de enfrentamento dessa parte da sociedade brasileira e precisa, portanto, trazer para o debate, temáticas com cultura do estupro, descriminalização do aborto, e discussões das mais diversas temáticas

Desafios do feminismo atualmente é a valorização do trabalho da mulher, tendo em vista buscar equiparação salarial com os homens, pois segundo estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as mulheres ganham em média 30% menos que os homens, na atual conjuntura, não vemos nenhuma ação do governo tendo em vista dirimir essa disparidade (SILVA,2021).

Os insistentes índices de violência, fruto de uma cultura machista, uma cultura de assédio e estupro, precisam ser debatidos e enfrentados com muita coragem e planejamento estratégico, o que demandará também de muitos embates no sentido de se estabelecer políticas públicas capaz de suprir as demandas (FAHS,2016).

As questões de assédio e violência contra mulher, precisam de ações efetivas que possa lhe garantir o direito de ir e vir, possa lhe garantir o direito a vida.

Segundo estudos conduzidos pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal, uma mulher é estuprada no Brasil a cada 10 minutos e, a cada 90 minutos, uma mulher é assassinada no Brasil. As mulheres estão suscetíveis a esse tipo de violência de gênero em diferentes locais, seja na rua, seja também em suas famílias. (SILVA,2021).

Desta forma, acreditamos que o desafio posto ao movimento é o de luta, a luta contra a violência, por meio de campanhas e conscientizações, marchas e com utilização das redes como ferramenta ao seu favor, por outro lado terá o papel de pressionar o governo para a criação de políticas públicas de combate à violência e promovam o bem-estar das mulheres.

As redes sociais ajudarão não só na emissão de opiniões públicas, mas também, nas chamadas de organizações e eventos de ruas. Nesse campo, podemos dizer que o movimento feminista tem experiência, dado o movimento de mulheres no Brasil, que conseguiu reunir milhões de pessoas em 2018, contra as posturas machista e misógina assumida pelo então candidato à presidência Jair Bolsonaro. Também tem a Greve Internacional de 8 de março de 2017, replicada em mais de 55 países

Outro desafio ao movimento feminista é a inserção da mulher no mundo da política. A pequena participação da mulher no mundo da política, tem sido motivo de grande preocupação, a parca representatividade feminina nesses setores, termina por legar aos homens a definição dos modos operantes e do direcionamento das políticas públicas, além de repercutir para a sociedade a ideia de que política não é coisa para mulher, mas também, sinaliza, o quanto machista, ainda é, nossa sociedade.

Em tempos de pandemia e de governo conservador, racista, misógino, homofóbico e autoritário, nos questionamos, quais então, os desafios postos ao movimento feminista? Notadamente, percebe-se que o desafio será de enfrentamento, alianças e articulação, tendo em vista traçar as melhores estratégias de alcance das suas bandeiras históricas e as novas pautas emergentes.

Em 2018, o atual presidente, na época, apenas candidato, anunciava de forma genérica, que estava trabalhando em políticas públicas voltadas para as mulheres, entre elas as de combate a violência. Hoje, dois anos depois do início do seu governo, o que se observa é que o cenário piorou (CETRONE, 2021).

Com certeza a pandemia do coronavírus, não facilitou o processo e por conta do isolamento social, houve de certa forma o aumento de caso de violência, o que foi justificado pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Regina Alves, pelo fato das mulheres passarem mais tempo em casa com seus agressores. O fato é que, de acordo com o Ministério da Saúde, temos uma mulher agredida a cada quatro minutos (CETRONE, 2021).

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), os casos de violência contra a mulher cresceram em

5,2% de lesão corporal dolosa, típica violência que quando não interdita pode levar ao feminicídio (CETRONE, 2021).

Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Brasil é o 5º país que mais mata mulheres de maneira violenta. Para se ter uma ideia, mata-se 48 vezes mais do que no Reino Unido e 16 vezes mais que no Japão (CETRONE, 2021).

Diante dos números observamos que o Brasil vive um retrocesso. O atual cenário é marcado pela falta de investimentos na criação de políticas capazes de assegurar o bem-estar, a saúde e a vida das mulheres. A desativação dos fóruns de avaliação das políticas públicas e o desinvestimento em programas como a Casa da Mulher Brasileira, tem demonstrado o descaso do governo com políticas públicas efetivas para a garantia da promoção do bem-estar das mulheres.

Conclusões

Enfim, podemos dizer que o conjunto de movimentos sociais, políticos e ideológico, com objetivo de promoção da justiça social e equidade entre os gêneros, denominado de feminismo buscam igualdade política, econômica, pessoal e social para ambos os sexos.

Sua origem remonta os movimentos das revoluções liberais, dos quais a Revolução Francesa é o grande farol, de inspiração iluminista. No entanto, o caminho percorrido ao longo dos anos nunca foi fácil, e o caminho para conquista dos direitos das mulheres foi sempre eivado de desafios, tanto no Brasil quanto no mundo, migrando sempre do “não pensado”, para o “problematizado”, logo “negado” e na resistência “reafirmado”.

Assim, podemos verificar as conquistas acontecendo em grandes ondas, nas quais os conflitos se estabelecem e das reflexões e amadurecimento, após longos embates, emergem as políticas públicas que graças as manifestações e presença desse movimento vão garantindo para as mulheres direitos fundamentais para a modernização de nossa sociedade.

As grandes demandas do movimento feminista, foi desde o movimento sufragista, a inserção no mercado de trabalho, regulação da carga horária, equiparação salarial, direito a licença a maternidade, direito a educação, combate ao assédio, à violência contra mulher e combate da cultura do estupro.

Logo, diante do que pudemos observar, podemos dizer que o governo Brasileiro, na atual conjuntura do Governo Bolsonaro, vive-se um retrocesso no que diz respeito as políticas públicas para as mulheres. Há uma clara política de desinvestimento, deixando as instituições incapazes de assegurar o bem-estar, saúde e vida as mulheres, além de ter aumentado os índices de violência contra a mulher. O governo tem demonstrado o descaso com as políticas públicas para as mulheres. Restando ao movimento feminista, traçara estratégia de aliança e resistência para fazer frente tendo em vista não perder direitos já conquistados.

Referências

- CETRONE, Camila Mulheres estão desamparadas e políticas sofrem retrocesso no governo Bolsonaro. | **iG Delas** | 08/03/2021. Disponível em < Cartacapital.com.br/sociedade/o-que-e-feminismo-2198/>..Acesso em 28 de março de 2021.
- FAHS, Ana C. Salvatti Movimento feminista: história no Brasil. **politize** setembro de 2016. Disponível em< <https://www.politize.com.br/movimento-feminista/>> Acesso em 28 de março de 2021.
- GRANADOS, Verônic. **Breve história del feminismo. 2006.** Disponível em: < http://sepiensa.org.mx/contenidos/2006/hist_femini_2.htm. > Acessado em 28/01/2021.
- LISBOA, Teresa Kleba. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social. **Revista Temporalis.** Brasília (DF), ano 14, n. 27, jan./jun. 2014, p. 33-56.
- MACHADO, Emerson e MENEZES, Pedro. **Feminismo e femismo.** Disponível em < <https://www.diferenca.com/feminismo-e-femismo/>>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 1992. 4a ed. p.43 e 44.
- MARQUES, Rafaela. **O que é feminismo?** Sociedade-Carta Capital. Nov./2015. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-e-feminismo-2198/>>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.
- MENEZES, Pedro. **Machismo e feminismo.** Disponível em <<https://www.diferenca.com/machismo-e-feminismo/>>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.
- PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora fundação Perseu, Abramo, 2003.
- PRÁ, Jussara Reis. O feminismo como teoria e como prática política. In: **Mulher:** estudos de gênero. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1997.

REZENDE, Milka de Oliveira. **O que é feminismo?** Disponível em <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/o-que-e-feminismo.htm/>>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.

RIBEIRO CÓ, Maria Christina. Feminismo e Educação Popular. COSTA, Ana Alice Alcantara SARDENBERG, Cecília Maria B. (organizadoras). **O Feminismo no Brasil:** reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. Disponível em <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismovinteanos.pdf>>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.

SILVA, Daniel Neves. **O que é feminismo?** Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-feminismo.htm>>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.

SILVA, Daniel Neves. SOUSA, Rainer. **Feminismo no Brasil;** Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/feminismo.htm>>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999.